

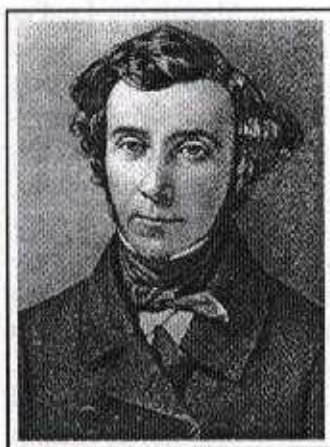
A Problemática do Liberalismo Democrático no Pensamento de Alexis de Tocqueville 1805/1859¹

Ricardo Vélez Rodriguez*

Matéria extraída de conferência proferida pelo autor, dia 7 de novembro de 1966, na Confederação Nacional do Comércio, Rio de Janeiro, RJ, e publicada na Carta Mensal 43(503): 3-37, fevereiro de 1997, órgão de divulgação cultural dessa entidade.

O pensamento político de Alexis de Tocqueville reveste-se de grande atualidade, não só no contexto europeu e norte-americano, como também do ponto de vista da problemática vivida hodiernamente pelos países latino-americanos. A história, na Ibero-América, desenvolveu-se sempre entre dois extremos: de um lado, o velho absolutismo ibérico e o seu herdeiro, o caudilhismo latino-americano; de outro, o anarquismo revolucionário. São as *sístoles e diástoles do coração do Estado* de que fa-

lava o general Golbery do Couto e Silva, referindo-se à monocórdica sucessão de períodos autoritários centrí-



pedos e de *anarquia branca* (Oliveira Vianna) marcadamente centrífuga, presente nos momentos democráticos.

A história política da França, ao longo do século XIX, esteve submetida a essas duas forças, que assombravam a vida dos cidadãos com os fantasmas herdados do centralismo absolutista e do anarquismo revolucionário. Não que um fosse alheio ao outro. Pois o jacobismo herdou o procedimento centralizador do velho absolutismo, que pretendeu esconjurar. E os rituais cartoriais dos *intendentes do Rei*, ao longo do século XVII, espalharam o terror e a incerteza, de forma paradoxal, toda vez que se apresentavam alicerçados nas *lumières* dos *philosophes*.

Mas o certo é que a história francesa do oitocentos desenvolve-se entre essas

* Da Universidade Gama Filho e Federal de Juiz de Fora. Membro fundador da Sociedade Tocqueville.

1. Selecionado pelo PADECEME.

duas forças. A grande façanha dos liberais doutrinários, Guizot à testa, consistiu em ter conseguido estabelecer um divisor de águas entre tradição e anarquismo, salientando a necessidade de práticas respeitadoras da liberdade, alicerçadas em leis. Mas a geração de Guizot parou aí. Não se preocupou em equacionar a questão da democracia. Já tinha dado suficiente contribuição, ao ter conseguido deter a maré revolucionária, bem como impedir a volta do Antigo Regime *tout-court*.

A discussão da problemática da democracia, no seio do liberalismo francês do século dezenove, coube ao herdeiro dos doutrinários: o jovem Tocqueville. É propósito deste ensaio, seguir as pegadas do pensador normando, em dois momentos fundamentais da sua vida intelectual: na obra de juventude, *A Democracia na América*, cujos dois volumes apareceram sucessivamente em 1835 e em 1840, e na obra de maturidade, *O Antigo Regime e a Revolução*, publicada em 1856. Serão destacados os pontos

em que o pensamento tocquevilliano é, ainda hoje, fonte de profunda renovação para o liberalismo contemporâneo, notadamente no meio latino-americano, submetido ainda ao risco dos extremos caudilhista e revolucionário.

ALEXIS DE TOCQUEVILLE E LA DÉMOCRATIE EN AMÉRIQUE

Formação de Tocqueville²

Alexis-Charles-Henri Clérel nasceu no dia onze Termidor do ano XII (29 de julho de 1805), em Paris. Seus pais, de origem nobre, eram Hervé-Louis-François-Jean-Bonaventure Clérel e Louise-Madeleine Le Peletier Rosanbo. A família Clérel, ramo paterno de Alexis, provinha de uma nobreza normanda muito antiga. Um antepassado seu, Guillaume Clarel, foi companheiro de lutas de Guilherme, o Conquistador, e muito provavelmente deu origem à família inglesa dos Clarell. Outro ramo da família Clarel ou Clérel estabeleceu-se, a partir do século XII, na região de Caux, tendo legado seus bens à Abadia de Jumièges. Em fins do século XIV, essa família deslocou-se para o leste.

Em 1590, uma parte da família Clérel estabeleceu-se no Contentin, no feudo de Auville, pertencente à paróquia de Tocqueville, da qual os Clérel tomariam o nome, em 1661, após a solução favorável da disputa em que outra família, os Leverrier, pretendia a posse do mesmo feudo. No século XVII, a família Tocqueville, graças a uma hábil política matrimonial, conquistou indiscutível preeminência social nos quadros da nobreza: o avô paterno de Alexis, Bertrand Bonaventure, chamado de *cavaleiro de Tocqueville*, casou-se com Catherine de Damas-Crux, pertencente a uma família de Forez, por cujas veias corria o sangue de São Luís e de César Borgia, tendo sido considerada pelo genealogista Beaujon como *uma das mais antigas e importantes do reino*³.

A mãe de Alexis, Louise-Marie Le Peletier Rosanbo, era neta, por via materna, do ex-conselheiro real Malesherbes e filha de Rosanbo, ex-presidente da Câmara do Parlamento de Paris. Tanto o avô materno de Louise-Marie, Malesherbes, quanto os seus pais, o casal Le Peletier de Rosanbo, foram guilhotinados em 1794, junto com Jean-Baptiste de Chateau-

2. Cp. Larousse, 1865 a; Jardim, 1991: I, IX - XLVII; Mélonio, 1993: 16 - 25; Lambert, 1983: 9 - 21; Rousanvillon, 1985.

3. Apud Jardim, 1984: 10

briand e sua esposa, tendo os filhos desses últimos ficado sob a guarda de Hervé Bonaventure, esposo de Louise-Marie e pai de Alexis de Tocqueville. Os Próprios pais de Alexis (que tinham contraído matrimônio em março de 1793), bem como as irmãs de Louise-Marie e seus maridos ficaram presos durante três meses, à disposição do tribunal revolucionário. Em virtude desses sofrimentos, *a atmosfera familiar da juventude de Alexis de Tocqueville viu-se fortemente obscurecida*⁴. A mãe, Louise-Marie, sofreria doravante de constantes depressões, até o seu falecimento, ocorrido em 1836.

Em que pese as perseguições de que foi vítima durante o Terror, o pai de Alexis, Hervé Bonaventure, passou a integrar a nova nobreza instaurada na Restauração, tendo recebido de Luís XVIII, em 1820, o título de conde. Em 1827, Hervé foi nomeado par do Reino, título que perdeu na revolução de 1830. Hábil administrador, Hervé Bonaventure conseguiu, em longos processos, recuperar boa parte dos bens da família, que tinham sido ex-

propriados durante o Terror. Isso proporcionaria a Alexis e aos seus irmãos uma relativa tranquilidade financeira nesses conturbados tempos. Mas Hervé Bonaventure se destacou principalmente pelo seu devotamento no serviço público e à causa monárquica, tendo encarnado o ideal de fidelidade ao Rei e de independência em relação aos seus ministros, que caracterizou a nobreza da Restauração. O conde Hervé de Tocqueville foi, em linhas gerais, um eficiente funcionário público, entre 1815 e 1827, tendo ocupado sucessivamente os cargos de alcaide em Vernueil e de prefeito em Angers, Oise, Dijon, Metz, Amiens e Versailles.

De outro lado, parentes nobres do conde Hervé de Tocqueville figuravam nos principais quadros políticos da Restauração, como Louis de Rosambo, Le Peletier d'Aunay, Molé, Louis de Kergolay, etc. Duas influências, no sentir de Jardin⁵, o conde Hervé (que faleceu em 1856) exerceu na formação ética do seu filho Alexis: de um lado, o devotamento ao serviço público; de outro, o gosto pela vida intelectual, de que dão testemunho as suas *Memórias*.

Alexis de Tocqueville iniciou sua formação intelectu-

al em Paris, sob a orientação de um preceptor, o abade Lesueur. Em 1821, o jovem Alexis deu continuidade aos seus estudos com o curso de retórica no Liceu de Metz, cidade onde o conde Hervé era prefeito. Naquela época, graças às múltiplas leituras (especialmente das obras de Rousseau e Voltaire) que realizou na biblioteca da prefeitura municipal, Alexis se distanciou da fé e da moral tradicionais e teve lugar o seu primeiro romance, que duraria cinco anos, com a jovem Rosalie Malye, filha do arquivista local. Em 1823, Alexis iniciou os seus estudos na Faculdade de Direito da Universidade de Paris, tendo obtido o título de licenciado em 1826.

O curriculum da Faculdade, após as reformas reacionárias de 1822 — que pretendiam banir as abordagens filosóficas e humanísticas, em prol da ênfase no estudo do Direito Romano e de *conhecimentos positivos e usuais* — era bastante pobre, se comparado ao que tinha vigência anteriormente, inspirado nas reformas de Royer-Collard (1819). *Fora algumas noções de história do direito* — frisa Jardin (1984: 69) — *o ensino reduz-se aos institutos de Justiniano e às*

4. Jardin, 1984: 14.
5. 1984: 36.

"*Pandectas*", ao comentário do Código Civil, ao procedimento civil e penal, ao direito comercial. Certamente pesou mais na formação de Tocqueville, preocupado com a compreensão dos grandes movimentos históricos e sociais, a influência das suas leituras de juventude, as quais, além de Rousseau e Voltaire, devem ter abarcado os autores que se achavam na biblioteca paterna: Montesquieu, Buffon, Mably, Reynal, Chateaubrian. Pesou de forma decisiva, outrossim, como detalhado mais adiante, a influência de Guizot.

Exercício da magistratura e viagens de estudo

O exercício da magistratura e, sobretudo, as viagens de pesquisa e os estudos sociológicos e jurídicos foram as atividades com que o jovem Alexis iniciou sua vida profissional. Entre 1827 e 1830, desempenhou o cargo de juiz auditor no tribunal de Versailles e, de 1830 a 1832, foi juiz suplente no mesmo tribunal. A falta de eloquência do nável magistrado, bem como seu senso crítico, fo-

ram os motivos que, muito provavelmente, o impediram de ser nomeado juiz titular⁶. Desinteressado pela magistratura Tocqueville dela se afastou em 1832. Antes, porém, de abandoná-la, ele e seu amigo e colega de tribunal Gustave de Beaumont aproveitaram o interesse do ministro do interior, Montalivet, em conhecer o sistema penitenciário norte-americano, e conseguiram dele a missão de viajar aos Estados Unidos com essa finalidade. Entre abril de 1831 a março de 1832, ao longo de nove meses, Tocqueville e Beaumont visitaram vários estabelecimentos penitenciários desse país, onde se tinha aplicado o sistema de prisão celular. Como resultado dessa viagem de estudos, os dois jovens magistrados publicaram, em 1833, o informe intitulado *Du Système pénitentiaire aux États-Unis et son application en France*⁷, que foi premiado pela Academia Francesa.

Na verdade, a viagem de Tocqueville e Beaumont à América, mais do que motivada pelo intuito imediato de conhecer o sistema penitenciário americano, situava-se na trilha, seguida pelas dois jovens advogados, de conhe-

cer *in loco* a pátria onde tinham vingado os dois ideais por eles cultuados: a liberdade e a democracia. As viagens de estudos constituíram um dos *leit.motivs* da vida intelectual de Tocqueville, e se inserem no contexto romântico da literatura política que valorizava, ainda na primeira metade do século XIX, os relatos de viagens. Podemos afirmar, sem exagero, que as visitas a outros países foram, ao lado dos estudos sociológicos, as duas escolas onde a nosso autor formou a sua disciplina de cientista social.

Entre 1826 e 1857, Tocqueville realizou onze viagens de estudos: em 1826, partiu para Itália, em campanha do seu irmão Édouard. Em 1829, visitou a Suíça, junto com o seu primo Louis de Kergolay. De 2 de abril de 1831 a 20 de fevereiro de 1832, ocorreu a viagem aos Estados Unidos e ao Canadá, em companhia do amigo Gustave de Beaumont; os viajantes visitaram New York, Albany, a ilha do Francês, no lago Oneida, Auburn, Canandaigua, Saginaw, Detroit, os Grandes Lagos, Québec no Canadá, e, de novo nos Estados Unidos, Boston, Filadélfia, Baltimore, Cincinnati, Sandy Bridge, na beira do Mississippi, Memphis, New Orleans

6. Jardin, 1984: 76-77.

7. Mélonio, 1993: 45; Jardin, 1991: 111

e Washington. Em 1833, Tocqueville realizou a sua primeira viagem à Inglaterra. Em 1835, o nosso autor voltou a esse país, em companhia de Gustave de Beaumont, e foi até a Irlanda. Em 1836, visitou novamente a Suíça, em companhia de Madame de Tocqueville, a jovem inglesa Mary Mottley, com quem tinha casado, em 1835. Em 1841, realizou sua primeira viagem à Argélia, em companhia de Beaumont. Em 1846, realizou sua segunda viagem a essa colônia francesa. Em 1849 realizou viagem à Alemanha, tendo visitado Colônia, Frankfurt e Bonn. Em 1854, visitou de novo essa última cidade, com o intuito de documentar seu estudo sobre o direito feudal, para a elaboração da sua obra *L'Ancien Régime et la Révolution* que seria publicada em 1856. Em 1857, Tocqueville visitou pela última vez Londres, onde completou a documentação para a redação da segunda parte da citada obra, que deixou inconclusa⁸.

As viagens de estudos conferiram à obra de Tocque-

ville uma feição de etnologia descritiva dos costumes políticos dos países por ele visitados. O autor deu continuidade, assim, a uma tendência presente na ensafística política francesa, que se revela já na obra de Maigne (1533-1592)⁹ e que se prolonga na de Montesquieu (1689-1755)¹⁰. Assim, encontramos na obra de Tocqueville uma série de ensaios que os editores têm arrolado como *escritos de viagens*, entre os quais sobressaem *Voyage en Sicile*, *Voyage en Amérique*, *Voyage en Angleterre*, de 1833, *Voyage en Angleterre et en Irlande*, de 1835, *Voyage en Suisse* (1836), *Notes du Voyage en Algérie* de 1841¹¹.

Tínhamos frisado que Tocqueville recebeu o especial influxo de Guizot. Detalhemos esse fato, que pôs em contato nosso autor com as idéias dos liberais doutrinários. Em 1829-1830, ele frequentou os cursos que Guizot ministrou na Sorbonne acerca da história da França. Como lembra François Mélonio (1993: 17), o jovem Tocqueville foi um *ouvinte atento*, que tomava notas nas *quais se vê a admiração do discípulo*. Mas, por outro lado, um discípulo crítico, que tinha sofrido na pele

da sua família nobre os excessos da Revolução que era focalizada pelo burguês Guizot de uma forma mais distanciada e formalista. Particularmente, o nosso autor encontrava dificuldade em aceitar a idéia de Guizot de superar o ciclo revolucionário num regime fundado apenas na opinião.

Sem dúvida que a influência de Guizot foi decisiva em Tocqueville, em que pese o reparo que acaba de ser mencionado. O cerne dessa influência consistiu na insistência do velho doutrinário em *inculcar nas jovens gerações o respeito ao passado, para restabelecer a unidade da*¹² *Nação ao longo dos séculos*. Pierre Rosanvallon (1985: 26) destacou, de forma clara, com as seguintes palavras, a finalidade perseguida por Guizot e pelos demais doutrinários:

Terminar a Revolução. Construir um governo representativo estável, estabelecer um regime garantidor das liberdades e fundado na Razão.

Esses objetivos definem a tripla tarefa que se impõe a geração liberal nascida com o século. Tarefa indissolivelmente intelectual e política, que especifica um momento bem determinado do liberalismo francês: aquele

8. Cf. Jardin 1991: LI-LIX.

9. Cf. Maigne, 1987, 1988.

10. Cf. Montesquieu, 1982; Chevallier, Touchard, 1972.

11. Cf. Tocqueville, 1991.

12. Mélonio, 1993: 17.

durante o qual o problema principal é prevenir a volta de uma ruptura mortal entre a afirmação das liberdades e o desenvolvimento do fato democrático. Momento conceitual que coincide com o período histórico da Restauração e da monarquia de Julho, no curso da qual essa tarefa está praticamente na ordem do dia e que se distingue, ao mesmo tempo, do momento ideológico, que prolonga a herança das Luzes e do momento democrático, que se inicia depois de 1848 (...).

Tocqueville assimilou perfeitamente a herança dos doutrinários, notadamente de Guizot:

A obra de Tocqueville¹³ nasce do sentimento da precariedade do compromisso efetivado pela monarquia constitucional entre a reivindicação igualitária e a herança do Antigo Regime. Tocqueville vivenciou esse sentimento nas desgraças da sua família mas ele lhe deu uma forma racional, graças à leitura das obras dos seus antepassados. Desde 1828, ele se afasta do radicalismo

dos seus familiares, ao repudiar a ilusão de uma volta ao passado: ele aceita 1789 como uma ruptura definitiva na história da França. De entrada, ele compatilha com os liberais ou os doutrinários, seus antepassados, o sentimento de pertencer a obscuras gerações de momentos de mudança. Como eles, observa a democracia 'correndo a margens cheias'¹⁴. Como eles, crê no caráter irresistível do curso dos acontecimentos: 'Os rios não remontam em direção à fonte. Os fatos acontecidos não viram nada'¹⁵. A obra de Tocqueville seguirá interminavelmente a metáfora fluvial introduzida pelos doutrinários. Ao aceitar o diagnóstico dos liberais, Tocqueville faz também seus os objetivos deles. Pois tudo está destruído, é tempo de reconstrução. Tarefa difícil. A paixão de destruir, que sobrevive à Revolução, mantém a sociedade em estado de guerra civil. Depois de 1820, a Restauração é alvo de complôs renovados que manifestam a impossibilidade de um consenso em relação às instituições.

Mas, se Tocqueville é tributário dos doutrinários, no entanto supera-os. A defesa da liberdade, que no pensamento daqueles veio a se tra-

duzir num certo formalismo, que pretendia garantir as conquistas da Revolução apenas para a burguesia comodamente instalada no poder, no nosso autor constitui imperativo categórico a ser consolidado e garantido para todos os franceses. Tocqueville abre-se à democracia, que vivencia de fato na América, através do caminho da defesa da liberdade para todos.

Em relação à maneira peculiar com que o nosso autor entende ao ideal liberal e democrático, em contraposição à forma tacaña em que era concebido pelos doutrinários, François Mélonio (1993: 37) escreve:

Mas, se o self-government não é mais do que um dos aspectos da auto-regulação da sociedade, Tocqueville faz de toda a vida social uma grande escola de responsabilidade: na ordem jurídica, pela participação de todos no júri, na ordem da opinião por uma reflexão sobre os partidos e os jornais, que ele designa com o termo genérico de 'associação'. Polêmica, a argumentação de Tocqueville é dirigida contra a feição conservadora dos publicistas liberais ou doutrinários, que rapidamente se tinham mostrado infieis à liberdade exigida por eles sob

13. Escreve François Mélonio; 1993: 16.

14. Expressão cunhada por Royer-Collard, em discurso pronunciado em 15.05.1820.

15. Expressão de Guizot.

a Restauração, ao fazer votar as leis de 16 de fevereiro de 1834 acerca do anúncio e a venda de jornais, de 10 abril de 1834 sobre as associações, de setembro de 1835, após o atentado de Fieschi. Toda a estratégia de Tocqueville consiste em mostrar que a ordem tão cara aos conservadores não pode ser garantida senão graças à liberdade de se reunir, que eles negam precisamente ao cidadão francês. É necessário apostar, estamos envolvidos. Não há meio-termo entre a servidão e a extrema liberdade. Todas as políticas de frear a história, todos os sonhos de uma ordem estabelecida, decorrem dessas ilusões em que adormecem geralmente as nações doentes'. A democracia não é o lugar da identidade miraculosa entre os homens, mas é aquele regime que se consolida na relação entre as classes antagônicas.

É evidente que a posição crítica de Tocqueville face aos doutrinários, suscitou a reação deles. Françoise Mélonio (1993: 57) sintetizou a posição de Guizot a respeito, nos seguintes termos:

Para Guizot, Tocqueville destruiu a moralidade ao

proclamar a autonomia das vontades em detrimento dos direitos da Verdade, tal como ela se apresenta aos espíritos esclarecidos. Guizot não é um filósofo da liberdade. Para ele, a liberdade não é no homem mais do que o poder de obedecer à verdade. A noção de capacidade (...) remete também a uma teoria da razão e a uma teologia, segundo a qual há, na economia da salvação, procuradores do Direito investidos da missão de guiar a humanidade. A argumentação de Guizot se encontra em todos os escritores preocupados em preservar as elites (...).

A "conversão" de Tocqueville ao ideal democrático

Quando se deu a conversão de Tocqueville à idéia democrática? Essa conversão efetivou-se, de forma clara, na sua viagem à América, que ocorreu entre 11 de maio de 1831 e 20 de fevereiro de 1832. É possível datar as etapas dessa conversão¹⁶. Em New York, onde permanece de 11 de maio a 2 de julho, Tocqueville é, de entrada, muito reticente. Essa sociedade de mercado onde o governo está ainda na infância, não possui nada

que possa seduzir a um jovem aristocrata. Tudo quanto observo não me entusiasma, anota ele então, pois aposto mais na natureza das coisas que na vontade da homem'. Mas ele não pode deixar de invejar o patriotismo do povo americano e a tranquilidade com a qual ele 'se mantém em ordem, graças somente ao sentimento de que não há mais salvaguarda contra si mesmo do que em si mesmo'. A conversão se completa em Boston (7 de setembro-3 de outubro), onde Tocqueville, ao descobrir o que é a igualdade bem regrada, adere a uma democracia que, de resto, triunfa irresistivelmente. É então somente agora, no fim de setembro, quando ele decide escrever um livro sobre as instituições americanas, a fim de testemunhar, entre os franceses, que a democracia feliz existe, pois a tem encontrado (...)

Vale a pena citar o trecho da carta em que Tocqueville dá conta do novo projeto ao seu primo, Louis de Kergorlay:

Descrever muito exatamente o que seria necessário esperar e temer da liberdade. Nós temos tido na França, nos últimos cem anos, a anarquia e o despo-

16. Escreve Françoise Mélonio

tismo sob todas as suas formas, mas jamais nada que se assemelhasse a uma república. Se os monarquistas pudessem ver a marcha interior de uma república bem organizada, o respeito profundo que se tem ali pelos direitos adquiridos, a pujança desses direitos nas massas, a religião da lei, a liberdade real e eficaz de que ali se goza, o verdadeiro reino da maioria, o progresso cômodo e natural que ali seguem todas as coisas, perceberiam que abarcam sob um nome comum, estados diversos que nada possuem de análogo. Os nossos republicanos, por sua vez, sentiriam que o que temos chamado de República, não tem sido mais do que um monstro que não se saberia classificar (...), coberto de sangue e de sujeira, vestido de farrapos, ao som das querelas da antiguidade¹⁷.

Tocqueville e a nova ciência política

Alexis de Tocqueville, com a sua *Démocratie en Amérique* deu ensejo, na França, a uma nova ciência política. Quais os contornos

que a definem? Em primeiro lugar, nosso autor estava inspirado numa epistemologia que hoje chamaríamos de modesta. Se é verdade que o absolutismo é, em política, irmão gêmeo do dogmatismo em filosofia, também podemos afirmar que a modéstia epistemológica é pressuposto do liberalismo. Não pode haver autêntica defesa da liberdade e da tolerância onde se professam verdades inamovíveis, no que tange à concepção do homem e do mundo. Eis o que Tocqueville escrevia, em 1831, ao seu amigo Charles Stöffels:

Para a imensa maioria dos pontos que nos interessa conhecer, nós não temos mais do que verossimilhanças, aproximações. Desesperar-se porque as coisas são assim, é se desesperar pelo fato de ser homem; pois essa é uma das mais inflexíveis leis da nossa natureza (...). Sempre considere a metafísica e todas as ciências puramente teóricas, que de nada servem na realidade da vida, como um tormento voluntário que o homem consentia em se impor¹⁸.

Em 1858, nosso autor explicava ao filósofo Bouchitté que a mais refinada metafísica não era mais clara que o simples senso comum acer-

ca do sentido do mundo e, especialmente, em relação (...) à razão do destino deste ser singular que chamamos homem, ao qual foi dada tanta luz quanta era necessária para lhe mostrar as misérias da sua condição e insuficiência para mudá-la¹⁹. Passagem de verdadeira inspiração pascaliana, no sentir de Françoise Mélonio, que escreve a respeito:

Que miséria que é o homem... Tocqueville retoma a crítica pascaliana dos limites da Razão, atualizando-a contra todos aqueles que identificam o discurso racional com o real. A hostilidade futura de Tocqueville a Hegel não terá outra fonte diferente desta rejeição a um providencialismo secularizado, junto com o desgosto dos espíritos finos em relação às coisas especulativas, fora do uso comum²⁰.

Na trilha que acaba de ser mencionada, Tocqueville situa sua crítica ao historicismo, que, no sentir do nosso autor, termina sacrificando a liberdade e a pessoa no altar da abstração histórica. Tocqueville considerava que esse era um vício próprio dos historiadores que vivem em séculos democráticos, preocupados mais em serem lidos com facilidade pelas grandes

17. Apud Mélonio, 1993: 30

18. Idem: 31

19. Ibidem

20. Ibidem

multidões, do que em fazer uma análise verdadeira dos fatos. Antecipava-se genialmente o nosso autor, destarte, da crítica que os neo-kanianos, com Rickert à testa, deflagraram, na virada do século XIX para o XX, à tendência abstrata da escola histórica alemã de Savigny.

A respeito da historiografia, Tocqueville escreve o seguinte, diferenciando-a da historiografia que se pratica nos séculos aristocráticos (1977:375):

Os historiadores que vivem nos séculos democráticos mostram tendências inteiramente contrárias. A maior parte deles quase não atribui influência alguma ao indivíduo sobre o destino da espécie, nem aos cidadãos sobre a sorte do povo. Mas, em troca, atribuem grandes causas gerais aos pequenos fatos particulares. Essas tendências opostas são explicáveis. Quando os historiadores dos séculos aristocráticos lançam os olhos para o teatro do mundo, a primeira coisa que nele percebem é um pequeno número de atores principais, que conduzem toda a peça. Essas grandes personagens, que se mantêm à frente da cena, detêm a sua visão e a fixam: ao passo que se aplicam a revelar os mo-

tivos secretos que fazem com que ajam e falem, esquecem-se do resto. A importância das coisas que vêem alguns homens fazer dá-lhes uma idéia exagerada da influência que pode exercer um homem e naturalmente os dispõe a crer que é sempre necessário remontar à ação particular de um indivíduo para explicar os movimentos da multidão.

*Quando, ao contrário — prossegue Tocqueville — todos os cidadãos são independentes uns dos outros, e cada um deles é frágil, não se descobre nenhum que exerça um poder muito grande nem, sobretudo, muito durável, sobre a massa. À primeira vista, os indivíduos parecem absolutamente impotentes sobre ela e disse-
ra-se que a sociedade marcha sozinha pelo concurso livre e espontâneo de todos os homens que a compõem. Isso leva naturalmente o espírito humano a procurar a razão geral que pode assim atingir a um tempo tantas inteligências e voltá-las simultaneamente para o mesmo lado.*

O principal defeito que Tocqueville enxergava na historiografia dos tempos democráticos, consistia no fato de tal modelo se alicerçar numa concepção fata-

lista da História, que pressupõe, em primeiro lugar, uma concepção determinista do homem. A respeito, nosso autor escreve:

Os historiadores que vivem nos tempos democráticos não recusam, pois, apenas atribuir a alguns cidadãos o poder de agir sobre o destino do povo; ainda tiram aos próprios povos a faculdade de modificar a sua própria sorte e os submetem ora a uma providência inflexível, ora a uma espécie de cega fatalidade. Segundo eles, cada nação é invencivelmente ligada, pela sua posição, sua origem, seus antecedentes, sua natureza, a certo destino, que nem todos os esforços poderiam modificar. Tornam as gerações solidárias umas às outras e, remontando assim, de época em época e de acontecimentos necessários em acontecimentos necessários, à origem do mundo, compõem uma cadeia cerrada e imensa, que envolve todo o gênero humano e o prende. Não lhes basta mostrar como se deram os fatos: comprazem-se ainda em mostrar que não podiam dar-se de outra forma. Consideram uma nação que chegou a certo ponto da sua história e afirmam que foi obrigada a seguir o ca-

*minho que a conduziu até ali. Isto é muito mais fácil que mostrar como teria podido fazer para seguir um melhor caminho*²¹.

Tocqueville, pensador definidamente liberal, rejeita de pleno tal historiografia, por considerar que essa concepção nega a liberdade humana, base da dignidade das almas. Trata-se de superar as desgraças da Revolução e do terror, não de conduzir a nação francesa à sua definitiva destruição. Nosso autor identifica, alto e bom som, o caminho que deve ser seguido: o da liberdade, ou melhor, o da conquista da liberdade para todos os franceses.

A respeito da crítica efetivada a essa concepção fatalista, Tocqueville (1977: 377) escreve:

Se essa doutrina da fatalidade, que tem tantos atrativos para aqueles que escrevem a história nos tempos democráticos, passando dos escritores a seus leitores, penetrasse assim em toda a massa de cidadãos e se apoderasse do espírito público, pode-se prever que logo paralisaria o movimento das sociedades novas e reduziria os cristãos a turcos. Direi mais: semelhante doutrina é

particularmente perigosa à época em que nos encontramos; nossos contemporâneos acham-se muitíssimo inclinados a duvidar do livre arbítrio porque cada um deles sente-se limitado por todos os lados pela sua fraqueza, mas ainda atribuem, de boa vontade, força e independência aos homens reunidos em corpo social. É necessário que nos guardemos de obscurecer essa idéia, pois se trata de restabelecer a dignidade das almas e não de completar a sua destruição.

Mas se, por um lado, Tocqueville se insurge contra o historicismo que torna o homem peça de uma engrenagem universal, por outro lado, sua formação cristã o leva a aceitar a providência divina, não como Deus ex machina que negue a liberdade, mas justamente como marco teórico que pressupõe: o plano de Deus consiste em que os homens sejam livres, não em que se tornem escravos. O progresso e a liberdade não são caprichos humanos, mas formam parte do plano que Deus providencialmente traçou ao gênero humano. Lembremo-nos, aqui, da figura de outro liberal de formação católica, contemporâneo de Tocque-

ville: o historiador português Alexandre Herculano, cuja visão providencialista se aproxima muito da acalentada pelo pensador francês.

Françoise Mélonio (1993: 32) explica da seguinte forma o pravidencialismo tocqueviliano:

De entrada, o recurso à Providência aparece, de um lado, como uma ampliação retórica da derrota dos aristocratas ou um mito consolador. O avanço irresistível da democracia é essencialmente uma constatação histórica em grande escala e a Providência fornece o aspecto objetivo de uma lei à intuição que Tocqueville tem das tendências do corpo social. Ela é a palavra que designa aquilo que é revelado pelo espírito de 'finesse': aquilo que sentimos, que está diante dos olhos de todos mas que não sabemos demonstrar; aquilo que é patente ao juízo, mais do que à razão cognoscente. Invocar a Providência é, pois, explicar o que não é geometricamente demonstrável, mas não somente isso: é também escolher o que deve ser explicado. O espírito de 'finesse' permite discernir, no espetáculo do mundo democrático em gestação, a verdade, afinal desvendada, da

21. Tocqueville, 1977: 135

revelação cristã: o 'verdadeiro quadro' da humanidade reduzido à simplicidade da natureza na qual todos os homens são semelhantes. Invocar a Providência é, pois, buscar interpretar os acontecimentos humanos como um todo, sob o ângulo do universalismo cristão e tomar a decisão de resolver o dualismo entre a história e o seu fim, na liberdade igual de todos os filhos de Deus.

Assim concebido, — prossegue François Mélonio — o recurso à Providência não dá à história um sentido obrigatório. A Providência 'traça, é verdade, ao redor de cada homem, um círculo fatal do qual não pode sair, mas, nos seus simples limites, o homem é poderoso e livre; da mesma forma acontece com os povos' (...). A igualdade e o poder do povo são 'irresistíveis', mas a história humana, aberta à possibilidade da liberdade, é o fruto de uma cooperação entre Deus e os homens. A afirmação da inexorabilidade do curso da história é, em virtude desse fato, continuamente corroída mediante a introdução de degraus e passos ao ponto de Tocqueville, este 'profeta' famoso, somente utilizar o linguajar da predição para lembrar a

sua recusa a um determinismo absoluto.

A idéia providencialista em Tocqueville não é, pois, um dogma teológico que interfira na sua visão racional da política, colocando uma espécie de fim absoluto para a história. É um recurso epistêmico que, de um lado, lhe permite delimitar a área de estudos da política e, de outro, lhe serve para tender uma ponte com a sua concepção ética, que pressupõe a mesma dignidade para todos os homens. A respeito do papel instrumental da idéia providencialista em Tocqueville, escreve François Mélonio (1993: 33):

O recurso à Providência não implica, pois, que a ciência política seja um ramo da teologia, da fenomenologia do espírito ou da história natural. Tendo afirmado no mesmo movimento a Providência e a Liberdade, Tocqueville pode demarcar o campo da política e procurar ali uma racionalidade específica. A primeira Démocratie apresenta-se como uma inquirição do regime democrático.

Um outro aspecto que salta à vista na ciência política tocquevilliana, é a influência que recebe da que poderíamos chamar tendência orgâ-

nica dos estudos sociais, característica que era comum no final do século XVII e início do século XIX. François Mélonio (1993: 33) registrou essa influência da seguinte forma:

A prática de Tocqueville tinha um precedente: as pesquisas sociais, inauguradas no século XVII, que conheceram a sua idade de ouro na primeira metade do século XIX. Elas tinham como objeto privilegiado o mal social. Tendo sido pensada a sociedade como um organismo, a sua doença implicava uma disfunção geral. Se interessar pelo pauperismo, pela criminalidade, pela prostituição, constituía o caminho para elaborar um diagnóstico acerca da sociedade, a fim de fixar uma terapêutica. A viagem de Tocqueville insere-se na grande corrente da pesquisa social, estatística e qualitativa (...).

A ética tocquevilliana

Não duvidamos em falar de ética intelectual e não de ética política em Tocqueville, referindo-nos ao binômio formulado por Max Weber: *ciência como vocação e política como vocação*. O compromisso funda-

mental do pensador francês era com o esclarecimento da verdade histórica, que conduziu à conquista da liberdade para todos os franceses. Nesse seu empenho, não admitia negociação. Daí as suas fortes críticas aos socialistas, aos bonapartistas, aos seus pares, os nobres, que tinham ancorado numa proposta de volta ao Ancien Régime, e aos próprios doutrinários, seus mestres, que tinham fechado as conquistas liberais na gaiola de ouro do formalismo jurídico e do elitismo burguês.

Três pontos básicos saltam à vista na ética tocquevilliana: em primeiro lugar, a fundamentação das suas convicções morais no cristianismo, da qual o nosso autor tira o princípio fundamental de que todos os seres humanos possuem a mesma dignidade e, portanto, podem aspirar aos benefícios da liberdade. Em segundo lugar, a solidariedade com os seus concidadãos, que correm perigo de cair nas mãos do despotismo, em lugar de conquistar a almejada liberdade. Em terceiro lugar, o dever de testemunhar a verdade histórica que o nosso autor

descobriu na sua viagem à América: *a liberdade democrática é possível*.

No tocante ao primeiro ponto, Tocqueville (1977: 329) escreve:

Todos os grandes escritores da Antiguidade faziam parte da aristocracia dos senhores, ou pelo menos viam essa aristocracia estabelecida sem contestação ante os seus alhos: a seu espírito, depois de se haver estendido por vários lados, achou-se, pois, limitada por aquela, e foi preciso que Jesus Cristo viesse à terra para fazer compreender que todos os membros da espécie humana eram naturalmente semelhantes e iguais.

Em relação ao segundo ponto, assim escrevia Tocqueville²²:

Eu creio que cada um de nós deve prestar contas à sociedade, tanto dos seus pensamentos quanto das suas forças. Quando vemos os nossos semelhantes em perigo, é obrigação de cada um ir em socorro deles.

Em relação ao terceiro ponto, o dever de testemunhar a verdade histórica descoberta na América, François Mélonio (1993: 30-31) escreve:

Tocqueville regressa, pois, da América, investido

do dever de testemunhar. O primeiro volume da Démocratie, que publica em 1835, recebe desse objetivo apologetico os traços que fazem dele o breviário da democracia moderna. A Démocratie é uma obra de auxílio ao povo em perigo (...). Ora, há urgência. Na Europa, 'os tempos se aproximam' do triunfo da democracia. Tocqueville assume a postura de um João-Batista da democracia clamando no deserto: acordai antes que seja tarde demais; o movimento democrático 'não é, ainda, suficientemente rápido como para desesperar de dirigi-lo. A sorte (das nações europeias) está nas suas mãos, mas bem cedo lhes escapa'. 'E que não se diga que é tarde demais para tentar'. Contra os profetas das desgraças, os resignados, Tocqueville faz um apelo aos franceses para que, sem delongas, tomem o seu destino nas suas mãos, a exemplo da América. Como os profetas e os pregadores, Tocqueville argumenta com os riscos de uma 'conversão tardia'.

Estrutura geral e idéias fundamentais de *La Démocratie en Amérique*

O principal trabalho de Tocqueville constituiu, inici-

22. Carta inédita a Orglandes de 24.11.1834, apud Mélonio, 1993: 30.

almente, duas obras, as chamadas popularmente Primeira e Segunda Democracia. A primeira foi editada em 1835, em dois volumes. A segunda apareceu em 1839, em 4 volumes. A Primeira Democracia constituiu mais uma descrição do que do nosso autor observou na América. Já na Segunda Democracia encontramos uma dimensão mais abstrata. Conforme salientou Pierre Larousse (1865b), a obra de Tocqueville sobre a democracia americana se divide, quanto ao fundo, em duas partes: na primeira, vê-se um observador que analisa; na segunda, um pensador que medita e julga.

A elaboração da obra foi complexa, não tendo se limitado o seu autor à reprodução das notas de viagem. Profunda meditação sobre os materiais coletados, bem como sobre as relações entre os sistemas políticos americano e francês, precederam à escrita de *La Democratie*. Estudioso do caminho percorrido por Tocqueville na elaboração dessa obra, James T. Schleier (1980:15-16) escreve:

A primeira viagem de Alexis de Tocqueville à América do Norte concluiu em 20 de fevereiro de 1832, data em que o navio Le Havre partiu

de Nova York rumo à França. Mas a sua visita de nove meses tinha sido somente o prólogo de uma segunda viagem, que se estenderia pelos oito anos seguintes à composição de A democracia na América (...). Há tempo os intelectuais perceberam o fato de que os ingredientes que compõem A Democracia são muitos e variados. Alguma coisa deve o livro ao ambiente em que se movimentava Tocqueville, particularmente ao panorama intelectual e político da França de começo do século XIX. A obra revela os estigmas da juventude e a educação do autor. Baseia-se nas intensas experiências de primeira mão, que ele e Gustave de Beaumont tiveram dos Estados Unidos e do presidente Jackson. Responde também às cartas e ensaios de amigos norte-americanos e européias que lhe ajudaram; a uma longa lista de materiais impressos; às opiniões e críticas de parentes e amigos, que leram os primeiros rascunhos às suas experiências na França durante a redação de A Democracia; responde, por último, às suas crenças, dúvidas e ambições pessoais. No entanto, a narração da elaboração do livro exige uma

reavaliação geral dessas fontes e, ao mesmo tempo, coloca questões mais específicas. Quando e em que medida determinados homens, livros ou acontecimentos afetaram A Democracia? As leituras de Tocqueville e as suas conversas acerca dos diferentes temas, eram adequadas? Como conciliava ele, opiniões e informações contraditórias? Quais as fontes que, em última instância, eram as mais importantes? Revela os rascunhos ou manuscritos de trabalho algumas raízes novas não suspeitadas.

Embora conscientes dessa complexidade, consideramos que é possível se ter uma idéia geral da obra. É o que tentaremos fazer nas páginas seguintes. O fato que mais impressionou a Tocqueville no seu primeiro contato com a América foi, a igualdade da sociedade americana. Mas, ao mesmo tempo, ele descobriu que se tratava de uma democracia alicerçada na defesa da liberdade. Depois de ter salientado as principais características físicas da América do Norte, Tocqueville passou a identificar as populações que, fugindo das perseguições religiosas na Europa, vieram para a América a fim de tentar uma nova

foma da convívio religioso e político. A essa busca veio somar-se, no sentido do nosso autor, a igualdade civil e política, garantida pela divisão da terra desde o período colonial. Foram fatores que concorreram à prosperidade das colônias anglo-americanas e que se somaram a outras variáveis: os costumes puritanos, a poupança, fruto do espírito de trabalho, bem como um certo desleixo da Metrópole que, já adiantado o século XVIII, terminaria sendo decisivo para o momento independentista²³.

A prática política e administrativa das Colônias anglo-americanas terminou consagrando alguns princípios que eram, em geral, desconhecidos dos países europeus, como a participação direta do povo nos negócios públicos, notadamente nas comunas, o voto livre do imposto, a responsabilidade dos agentes do poder, a liberdade individual e o julgamento pelo júri. Tocqueville destacou no seu estudo que, enquanto a liberdade se desenvolvia na ordem civil e política na América, a religião presidia no terreno moral,

fundando os direitos sobre a base firme dos deveres, eticamente justificados.

Depois de o nosso autor ter assinalado, de forma bastante detalhada, os efeitos sociais da igual partilha da propriedade nas sucessões, passou a analisar a forma em que, paralelamente, a inteligência também estava mais ou menos distribuída de forma equilibrada. Não encontrou Tocqueville, na América, grandes individualidades que brilhassem pela sua inteligência, como na Europa. Mas constatou que o bom senso e um nível básico de instrução estavam democraticamente distribuídos na população do vasto país. Nos Estados Unidos, destacava ele, a soberania do povo domina e ainda governa, e ela se exerce pelo sufrágio universal. A União americana, destacava, compõe-se de Estados, cada um dos quais se divide em comunas e condados. No seu entender, a comuna parecia surgida das mãos de Deus como primeiro refúgio da liberdade e não dependia senão dela própria, em tudo que se relacionasse ao convívio dos cidadãos. A comuna era enxergada por Tocqueville como um foco de febril atividade social e de sadia emulação. O condado,

por sua vez, seria o equivalente do *arrondissement* francês; caracteriza-se porque é puramente administrativo e judiciário, não é eletivo e pauta juridicamente a ação das comunas. O governo americano, considerava nosso autor, age como a Providência, sem se revelar. O poder é, sem dúvida, o auxiliar da lei. Mas o soberano é a lei mesma.

Sendo o poder respeitado no seu princípio, justamente pelo fato de ser enxergado não como sobranceiro à sociedade, mas como o seu instrumento, ele não era concebido pelos anglo-americanos como algo que devesse se concentrar numa única mão, à maneira do absolutismo europeu, mas como uma instância que deveria ser dividida, a fim de que a sua ação se mitigasse. Tocqueville apontava, surpreendido, para o fato de não axistir na América nenhum centro geral da administração. O que não significava que as decisões foadas pelos poderes legitimamente constituídos fossem fracas. Em nenhuma outra parte do mundo, considerava Tocqueville, a ação governamental é mais poderosa, justamente porque brota do concurso da maioria. Nosso autor não deixava de apontar para o risco da tira-

23. Cf. Larrousse, 1865; 1865a; 1865b, Friedman, 1956; Jardim, 1984; 1991, Mélonio, 1993

nia da maioria, que essa prática anglo-americana pressupunha.

De outro lado, Tocqueville observava que o poder judiciário ocupa um lugar de destaque na sociedade americana. Sua influência estende-se da ordem civil à política. Aos atributos que em todas as partes caracterizam a ação da Justiça juntava-se, na América, o de exercer um controle indireto sobre os outros poderes, alicerçada na interpretação da Constituição, mais do que das leis, mas somente em casos particulares.

Depois de ter exposto a organização civil, jurídica e política do Estado, Tocqueville passava a examinar a Constituição Federal da União. Nosso autor achava interessante se adentrar no espírito que animava essa Carta, bem como nas relações das instituições políticas federais. A unidade política reside nas atribuições soberanas assinaladas à União. A unidade judiciária é constituída por uma corte suprema, que interpreta as leis e que regulamenta os diferendos entre os estados; o princípio da independência dos estados é representado pelo Senado; a Assembléia dos representantes encarna o

dogma da soberania nacional. Ao poder legislativo o Senado junta o poder judiciário e político. Já o poder executivo é vigiado, mas não dirigido, pelo Senado e per-

ricano se movimentar e se agitar: a liberdade de imprensa e o espírito de associação. Mas é a liberdade de associação que parece ser o princípio vital: ele se aplica a tudo,

A prática, aceita pela Constituição americana, da reeleição do Presidente coloca-o, no sentir de Tocqueville, a serviço do despotismo da maioria.

sonifica-se no Presidente, a fim de que a sua responsabilidade seja mais completa. O primeiro mandatário está munido com o poder do veto suspensivo.

A prática, aceita pela Constituição americana, da reeleição do Presidente coloca-o, no sentir de Tocqueville, a serviço do despotismo da maioria. O único motor de todo esse mecanismo é o povo. Sob o império da organização comunal, do sufrágio universal e do tribunal do júri, o povo se administra a si mesmo na América, faz e aplica as leis. Os partidos que, nos sufrágios, fossem relegadas à categoria de minoria política, renunciavam à prática da violência e assumem o compromisso de tentar vencer seus adversários mediante a persuasão e a prática parlamentar. Nosso autor assinalava dois caminhos que permitiam ao povo ame-

desde às decisões mais cozinhas da vida civil, até aos atos mais importantes da soberania nacional. Nosso autor chamava a atenção para o fato de que a mutabilidade da administração e da legislação era consequência do governo eletivo.

O princípio do mandato imperativo, adotado nos Estados Unidos, parecia a Tocqueville, estimulava despotismo da maioria, mal que o autor apontava como ameaça para o futuro da liberdade americana. Esse despotismo, no sentir dele, corre o risco de instaurar o reino da mediocridade a paralisar os espíritos. Nem Molière nem La Bruyère poderiam pensar e escrever livremente acerca do ridículo dos políticos ou dos vícios do povo americano, caso fossem cidadãos os Estados Unidos. Esse despotismo, contudo, aponta Tocqueville, é tem-

perado pelos costumes em geral, pela divisão do poder, pela ausência de qualquer centralização administrativa, pela influência dos advogados, bem como pela ação do tribunal do júri. Nosso autor se perguntava se as leis e os costumes políticos imperantes na América seriam suficientes para manter vivas as instituições democráticas, em qualquer outro lugar do planeta. Responde afirmativamente.

Tocqueville traçava um quadro bem dramático do relacionamento entre os três grupos raciais presentes na América: os índios, os negros e os brancos.

Em relação aos índios, destacava com perplexidade que, justamente no país em que a liberdade dos cidadãos fez mais progressos, *os selvagens da América do Norte só tinham dois meios de escapar à destruição: a guerra ou a civilização*. Já que os aborígenes não podiam fazer a guerra, em decorrência da sua evidente inferioridade numérica e técnica, Tocqueville analisava esta paradoxal questão *porque não desejam civilizar-se quando o poderiam fazer, e não mais o podem quando chegam a desejá-lo*. Nosso pensador desenhava com cores sombrias, outrossim, o futuro da

problemática do negro. De forma irônica, numa sociedade em que tinha se realizado o ideal da igualdade, *o preconceito dos brancos contra os negros parece tornar-se mais forte à medida que se destrói a escravidão*. E, numa espécie de premonição acerca do futuro das relações internacionais no século XX, previa que russos e americanos elevar-se-iam até o primeiro lugar no contexto de todas as nações, pois um desígnio secreto da Providência os chamava a partilhar um dia o império do mundo.

Logo após ter estudado a influência geral que a democracia tinha sobre o desenvolvimento intelectual, moral, civil e político da sociedade americana, face a outras sociedades da época, e após ter identificado as virtudes e os vícios da mesma, nosso autor passava à conclusão do seu estudo. O individualismo, solidamente alicerçado na prática do livre exame, converteu-se em traço marcante da sociedade americana. No entanto, essa característica foi mitigada pela influência da religião, que se estruturou separada da ordem política. As grandes verdades morais, destarte, conservaram o seu salutar império.

Mas Tocqueville apontava, na sua conclusão, um paradoxo: a sociedade americana professava, paralelamente, um grande amor ao conforto e ao bem-estar material. Esse confronto entre religião e materialismo, talvez se encontre solucionado graças à mediação, na sociedade americana, da ética do trabalho. O trabalho produtivo, quaisquer que fossem as condições em que era praticado, tinha alta relevância social. Na América, destacava outrossim nosso autor, a indústria e o comércio predominam sobre a agricultura. Emerge daí uma aristocracia manufatureira que explora e degrada o operário. No que tange à organização familiar, impressionava ao nosso autor o fato de que a tutela paterna, nos Estados Unidos, fosse abandonada facilmente. As crianças são, do ponto-de-vista social, quase iguais aos pais. Não se observam, na sociedade americana, esses traços de acentuado paternalismo do chefe de família, que se encontravam nas sociedades européias do século XIX. Inferior na sociedade, a mulher, nos Estados Unidos, é elevada ao nível do homem na intimidade. A noção de honra está, de outro lado, em franca decadência.

O amor ao lucro sobrepõe-se ao espírito militar.

Face aos graves problemas da democracia apontados na obra, Tocqueville não escondia as contradições presentes na sociedade americana. A mais importante delas, já mencionada, é o risco do despotismo da maioria. Esse perigo era tanto menos forte, na América, quanto grande era, nessa sociedade, a tradição de defesa da liberdade. Nosso autor, evidentemente, chamava a atenção para o fato de tal risco ser maior numa sociedade que se esqueceu de lutar ardentemente pela liberdade, como a francesa do período da monarquia de Luis Filipe.

Repercussão passada e presente da meditação de Tocqueville

A publicação da *Primeira Democracia* granjeou a Tocqueville o reconhecimento da sociedade francesa. Nosso autor passou a ser convidado habitual dos salões mais exclusivos de Paris, como o da duquesa de Dino que era freqüentado pelo velho Talleyrand, Royer-Collard, Berryer e pelo duque

de Noailles. Outros salões por ele freqüentados foram o de Madame D'Arguesseau, o de Madame Ancelot, o de Madame Récamier, situado em L'Abbaye-au-Bois, etc.

Nada melhor para auferir a repercussão da obra de Tocqueville na sua época, do que transcrever o parecer da Academia Francesa, quando da premiação do nosso autor, em 1836. O porta-voz da Academia, Villemain, afirmou no seu discurso²⁴:

Encontram-se reunidas aí a grandeza da matéria, a novidade das pesquisas, a elevação das perspectivas. De qualquer ângulo que se considere, o governo e a sociedade dos Estados Unidos são um problema curioso e inquietante para a Europa. Discutir esse problema, analisar esse novo mundo, mostrar as suas analogias com o nosso e as suas insuperáveis diferenças, ver transplantadas ao seu lugar de origem e desenvolvidas, num alto grau de crescimento, algumas teorias que agitam a Europa e julgar assim o que, mesmo no meio de uma natureza feita expressamente para elas, falta ao seu sucesso ou tangencia a duração e as torna de entrada impossíveis, eis sem dúvida uma das mais graves lições que

poderia dar o publicista amigo da humanidade, e tais são os resultados involuntários ou buscados do trabalho de Monsieur de Tocqueville (...). Uma das belas características do seu livro é a de ser um protesto contra toda iniquidade social, de qualquer um que a autorizar (...). Hábil apreciador dos grandes princípios da imprensa livre e do júri, lamenta-se de vê-los às vezes esvaziados na América, por essas correntes uniformes de opinião, que ele chama de despotismo intelectual da maioria e, por esse caminho, indica como seria conveniente um tipo de governo mais concentrado, menos popular para beneficiar esses mesmos princípios e lhes conferir força, encontrando neles apoio. Tal é o livro de Monsieur de Tocqueville. O talento, a razão, a amplitude de visão, a firme simplicidade do estilo, um eloqüente amor ao bem caracterizam esta obra, não deixando à Academia a esperança de coroar tão cedo outras obras semelhantes.

Apreciação positiva, não há dúvida, mas cautelosa. Nada de projeções diretas da análise tocquevilliana sobre a realidade francesa da época.

Apreciação ponderada, porém mais aberta às suas te-

24. Apud Pierre Larrousse, 1865a: vol. 6, pg. 408.

ses fundamentais, fez da obra de Tocqueville, entre nós, Paulino Soares de Souza, visconde de Uruguai (1960: 343-418). O grande estadista do Império valorizava em *A Democracia na América*, a defesa da descentralização administrativa entre os americanos. Mas considerava que a descentralização, tal como existia nos Estados Unidos, pressupunha uma tradição política que era alheia ao Brasil. O *self-government*, não sendo uma prática decantada na realidade brasileira, mal poderia ser pressuposto no nosso meio, a fim de nele alicerçar a descentralização administrativa. No entanto, considerava Paulino Soares de Souza (1960: 418), *há muito o que estudar nesse sistema, por meio de um esclarecido edetismo. Cumpre porém conhecê-lo a fundo, não o copiar servilmente como o temos copiado, muitas vezes mal, mas sim acomodá-lo com critério, como convém ao país (...). Cumpre distinguir acuradamente quais sejam esses negócios para evitar confusão, usurpações e conflitos, e, a respeito deles, dar mais largas ao self-government entre nós, reservada sempre ao poder central aquela fiscalização e tutela*

que ainda mais indispensáveis são em países nas circunstâncias do nosso (...).

A obra de Alexis de Tocqueville, neste século, somente começou a ser valorizada na França a partir dos anos cinquenta. Segundo François Mélonio (1993), pode-se distinguir três momentos na re-leitura que os franceses têm feito da obra de Tocqueville, ao longo do século XX: em primeiro lugar, os anos cinquenta, época em que Raymond Aron estimula uma reflexão sobre os regimes, centrada na leitura da Primeira Democracia. Em segundo lugar, os anos sessenta, período no qual os sociólogos, filósofos e etnólogos focalizam a Segunda Democracia, aprofundando a concepção tocquevilliana acerca da cultura democrática. Em terceiro lugar, os anos setenta, período no qual François Furet e o grupo dos seus colaboradores (entre os quais se situa François Mélonio), reunidos no *Centro de Recherches Politiques* Raymond Aron (entidade ligada à *École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris*), deram ao trabalho de Tocqueville intitulado *L'Ancien Régime et la Révolution* (editado pela primeira vez em 1856) um lu-

gar de destaque na interpretação da história da França.

A respeito do significado desse triplo enfoque por parte dos estudiosos franceses, François Mélonio (1993: 274) escreve:

Três leituras que se sucedem mas que também se interrelacionam, pois pertencem ao mesmo universo intelectual. Todas nascem de um encontro frutífero com a cultura americana e colocam como cerne da reflexão a comparação entre Europa e América; todas elas buscam reintroduzir a liberdade como critério central nas ciências sociais, que se tinham constituído na hipertrofia de uma positividade cega.

Raymond Aron, lembra com propriedade François Mélonio, considerava que as sociedades ocidentais se polarizaram, ao longo do presente século, ao redor de dois modelos de democracia: o totalitária, que seguiu as pegadas de Jean-Jacques Rousseau e que terminou sendo encampado pelo pensamento de Marx, e o liberal, herdeiro dos ensinamentos de Tocqueville. Ao passo que o primeiro modelo seduziu a intelectualidade européia até os anos trinta, o segundo passou a ser valorizado quando foram sentidas as

catastróficas consequências do totalitarismo, ao longo das décadas de 40 e 50.

A indiscutível atualidade de Tocqueville na cultura francesa hodierna decorre, com certeza, da sua defesa incondicional da liberdade no contexto da tradição democrática. A respeito, François Mélonio (1993: 304) conclui:

A obra de Tocqueville tem um alcance diferente pelo fato de ser um elo história do liberalismo, depois de Montesquieu ou Constant e antes do liberalismo democrático moderno (...). A obra de Tocqueville nos interessa, pois, menos pela linhagem na qual se insere, do que pelo seu exotismo. Aristocrata por instinto e democrata por razão, na encruzilhada das duas culturas, a americana e a francesa, Tocqueville tem sido tradição democrática.

Poderíamos afirmar que, no Brasil hodierno, o pensamento de Tocqueville também merece aprofundado estudo, toda vez que descobrimos — como fez o grande pensador na França do século XIX — a falência do democratismo patrimonialista, e passamos a valorizar uma versão de democracia consentânea com o exercício da liberdade e o funciona-

mento das instituições do governo representativo. De forma semelhante a como a reflexão de Tocqueville sobre a sociedade e as instituições americanas iluminou a trilha pela qual deveria enveredar a França pós-revolucionária, também podemos aproveitar as suas análises acerca da problemática democrática na América e no Velho Mundo, para encontrarmos o caminho que devemos trilhar, neste final de milênio, no Brasil e na América Latina, na caminhada rumo à plena democracia.

O PENSAMENTO DE ALEXIS DE TOCQUEVILLE NA SUA OBRA DE MATURIDADE: *L'ANCIEN RÉGIME ET LA RÉVOLUTION*

***L'ancien Régime*, no contexto do despotismo de Luis Napoleão**

L'ancien Régime et la Révolution corresponde, na agitada vida intelectual de Tocqueville, à obra da maturidade. A sua elaboração foi, no espírito do nosso autor, um bálsamo para as feridas morais causadas pela atividade política.

Tocqueville opôs-se decididamente ao golpe-de-Estado desfechado pelo presiden-

te Luis Napoleão, em 2 de dezembro de 1851. Junto com outros membros ilustres da Câmara dos Deputados foi preso e conduzido, já doente, a Vincennes. Tão grande foi o desagrado que causou a Tocqueville esse atentado do absolutismo que, como frisa André Jardin (1988: 369) (...) *jamais perdoou ao seu autor a afronta feita à representação nacional e à perda das liberdades públicas.*

Assim exprimia Tocqueville o seu repúdio à aventura militarista, em carta dirigida a um conterrâneo seu, em 14 de dezembro de 1851:

O que acaba de acontecer em Paris é abominável, no fundo e na forma, e quando se conheçam os detalhes, parecerão ainda mais cruéis que todo o acontecimento. Quanto a este, já se encontrava em germe desde a revolução de fevereiro, como o pintinho no ovo; para fazê-lo sair, não faltava mais do que o tempo necessário de incubação. A partir do momento em que se viu aparecer o socialismo, devia ter-se previsto o reino dos militares. Um geraria o outro. Eu esperava isso há algum tempo e, embora sinta muita pena e dor pelo nosso país, e uma grande indignação

*contra certas violências ou baixarias, que vão além do aceitável, estou pouco surpreendido ou perturbado interiormente... Neste momento, a nação está com medo louco dos socialistas e deseja ardentemente voltar a encontrar o bem-estar, é incapaz, digo-o com pena, e indigna de ser livre... É necessário que a nação, que tem esquecido desde há 34 anos o que é o despotismo burocrático e militar... o prove de novo e, desta vez sem o ornato da grandeza e da glória*²⁵.

A defesa da liberdade ameaçada

Tendo abandonado a vida pública, segundo escreve André Jardin (1988: 389; 1984: 460), Tocqueville encontra, na preparação ativa da obra projetada, o melhor remédio para a profunda tristeza que o invadia e, muito rapidamente, entrega-se a essa tarefa com paixão. A defesa da liberdade, ameaçada pelo binômio despótico socialismo/militarismo, eis o verdadeiro motivo que levou Tocqueville a essa apaixonada luta. Motivo, aliás, que está

presente na sua restante obra. Eis um testemunho claro dessa ampla motivação liberal, no prólogo de *L' Ancien Régime*²⁶:

Alguns hão de acusar-me de mostrar neste livro um gosto muito intempestivo pela liberdade, a qual, segundo me dizem, é algo com que ninguém mais se preocupa na França. Só pedirei àqueles que me fariam esta censura, lembrar-se que esta tendência é muito antiga em mim. Há mais de vinte anos, falando de uma outra sociedade, escrevia quase textualmente o que vão ler aqui.

No meio das trevas do futuro, já podemos descobrir três verdades muito claras. A primeira é que, em nossos dias, os homens estão sendo levados por uma força desconhecida, que temos a esperança de poder regular e abrandar, mas não de vencer, e que os impele, suave ou violentamente, a destruir a aristocracia. A segunda é que, em todas as sociedades do mundo, aquelas que sempre encontrarão as maiores dificuldades para escapar por muito tempo ao governo absoluto, serão precisamente estas sociedades onde não há mais e que não pode haver uma aristocracia. A terceira é que em nenhum lu-

gar o despotismo poderá produzir efeitos mais nocivos do que nesse tipo de sociedade, porque mais do que qualquer outra espécie de governo, ele favorece o desenvolvimento de todos os vícios, aos quais essas sociedades são especialmente sujeitas, e assim as empurra em uma direção à qual uma inclinação natural já as fazia pender.

(...) Só a liberdade — conclui o nosso autor — pode combater eficientemente, nessa espécie de sociedades, os vícios que lhes são inerentes e pará-las no declive onde deslizam. Com efeito, só a liberdade pode tirar os cidadãos do isolamento no qual a própria independência de sua condição os faz viver, para obrigá-los a aproximar-se uns dos outros, animando-os e reunindo-os cada dia pela necessidade de entender-se e de agradar-se mutuamente na prática de negócios comuns. Só a liberdade é capaz de arrancá-los ao culto do dinheiro e aos pequenos aborrecimentos cotidianos (...) para que percebam e sintam sem cessar a pátria, acima e ao lado deles. Só a liberdade substitui vez por outra o amor ao bem-estar por paixões mais enérgicas e elevadas, fornece à ambi-

25. Apud Jardin, 1988: 369

26. Tocqueville, 1988a : 93-95; 1989: 46-47

ção objetivos maiores que a aquisição das riquezas e cria a luz que permite enxergar os vícios e as virtudes dos homens. (...) Eis o que eu pensava e dizia há vinte anos. Tenho de confessar que desde então nada aconteceu no mundo que me levasse a pensar e falar diferentemente. Tendo demonstrado a boa opinião que eu tinha da liberdade num tempo em que alcançou o apogeu, não acharão ruim que nela eu persista quando a abandonam.

Trata-se, sem dúvida alguma, de uma profissão de fé liberal, que constitui o ponto de partida de toda a obra tocquevilliana.

O processo de elaboração de *L'Ancien Régime*

O período de maturação da obra foi longo. Encontramos, aliás, um paralelismo muito significativo no processo de elaboração das duas grandes obras de Tocqueville. *La Démocratie en Amérique* foi precedida de longas reflexões que se estenderam de 1825 a 1835 e que, após a viagem de nove meses à América, tornaram-

se mais sistemáticas. Em relação a *L'Ancien Régime*, Tocqueville pensou nos temas centrais da obra entre 1836 e 1850; nesse último ano, ele amadureceu o projeto. Esses longos períodos de meditação prévia guiaram-no na elaboração do trabalho. Foram o momento de acúmulo de experiências e de conhecimentos sobre os quais o nosso autor se debruçou, para dar forma acabada às suas obras²⁷.

O plano detalhado de *L'Ancien Régime et la Révolution* foi elaborado em dezembro de 1850, em Sorrento, na Itália, onde Tocqueville permaneceu até março de 1851, se recuperando de uma crise de tuberculose, doença que lhe causaria a morte anos mais tarde, em 1859. Ao longo de 1852, o nosso autor começou o seu trabalho de busca e organização de documentos, tendo realizado, também, uma enquête na Normandia. O trabalho de documentação continuou em 1853, em Tours, onde nosso autor estudou os Arquivos da Intendência relativos ao século XVIII. Em 1854, entre os meses de julho e setembro, Tocqueville viajou à Alemanha, onde, em Bonn principalmente, estudou as

características da feudalidade. Ao longo de 1855, o autor deu forma final à obra, que apareceu publicada em junho de 1856 pelo editor Michel Levy, de Paris.

Frisávamos atrás que o período de maturação de *L'Ancien Régime* foi longo. Efetivamente, já em 1836 encontramos Tocqueville preocupado com os temas básicos da obra, conforme revela o artigo que publicou, a pedido de John Stuart Mill, na *London and Westminster Review*, sob o título de *Political and social condition of France*, que constituiu o primeiro trabalho de Tocqueville como historiador da França, e que foi posteriormente publicado em francês sob o título de *Etat social et politique de la France avant et depuis 1789*²⁸.

Finalidades de *L'Ancien Régime*

Antes de analisarmos as fontes compulsadas pelo nosso autor, identifiquemos as finalidades por ele perseguidas em *L'Ancien Régime*. Podêmo-las reduzir, basicamente, a quatro: a) explicar por que a Revolução, que já se preparava em outras partes da Europa, eclodiu pri-

27. Cf. Jardin, 1984: 456-457

28. Tocqueville, 1988b; cf. Mélonio, 1988: 11

meiro na França; b) explicar por que os franceses, que deflagraram a Revolução em nome da liberdade, abandonaram cedo esse ideal; c) explicar por que as mudanças efetivadas pela Revolução Francesa, já estavam presentes, de forma imperceptível, no Antigo Regime; d) alertar os seus contemporâneos, à luz da análise feita, para os riscos que corria a liberdade na França de meados do século XIX²⁹.

Fontes consultadas por Tocqueville

Quanto às fontes consultadas, podem ser arroladas em duas grandes classes: bibliográficas e documentais. No que tange à bibliografia, era grande a lista de obras aparecidas na França, ao longo do período em que o nosso autor madureceu *L'Ancien Régime*. Entre 1820 e 1841, efetivamente, tinham sido publicadas as seguintes obras: *L'Histoire des Girondins*, de Lamartine; a primeira parte da *Histoire de la Révolution Française*, de Michelet; a *Histoire de la Révolution*, de Louis Blanc;

a *Histoire de la Révolution*, de Thiers (obra que Tocqueville leu ao terminar os seus estudos secundários, e cujo amorismo o impressionou profundamente); a *Histoire du Consulat et de l'Empire*, de Thiers; a *Histoire de France*, de Michelet; a *Histoire de la Révolution*, de Mignet; a *Histoire du régime de Louis XVI pendant les années où l'on pouvait prévenir la Révolution*, de Droz; *Les considérations sur la Révolution Française*, de Madame de Staël; *L'Histoire parlementaire de la Révolution*, de Buchez e Roux, etc. Tocqueville conhecia essa bibliografia, em que pese o fato de não fazer referências explícitas a todas as obras³⁰. Ainda no relacionado à bibliografia, Tocqueville (1988a: 88-89) frisa, de maneira genérica, que consultou também os *livros célebres que o século XVIII produziu*.

No que tange às fontes documentais, podem ser classificadas em quatro tipos: atos públicos do Governo e dos Intendentes; processos verbais das Assembléias de Estados; processos verbais das Assembléias Provinciais; por último, cadernos elaborados pelas três Ordens, em 1789. A essas fontes, poder-se-ia adicionar uma quin-

ta: a literatura panfletária, muito numerosa na época da Revolução. A respeito desse tipo de fontes, escreveu A. Jardin (1984: 459):

Quando da sua morte, ele deixaria uma rica coleção de jornais revolucionários, cadernos dos Estados Gerais, discursos, endereços e outros impressos da mesma época. Ele adquiriu, sem dúvida, muitos desses documentos quando da elaboração do seu livro, mas nada impede pensar que alguns se encontravam anteriormente na biblioteca do castelo de Tocqueville e que ele pôde conhecê-los antes desta época.

Não foi fácil para Tocqueville desenvolver a pesquisa documental que deu sustentação a *L'Ancien Régime*. A sua preocupação básica era estudar a forma em que se efetivavam os negócios públicos, a fim de flagrar os hábitos administrativos do período pré-revolucionário. A respeito, o nosso autor escreve: (...)

Mas, no que se refere à forma em que eram conduzidos os negócios, à prática verdadeira das instituições, à posição exata das classes, umas face às outras, à conduta e aos sentimentos dos que não se faziam ainda nem entender, nem ver, ao fundo mesmo das opiniões e dos

29. Cf. Tocqueville, 1988a: 90-93; 1989: 44-46

30. Cf. Jardin, 1984: 458-459

costumes, nós não temos mais do que idéias confusas e amiúde furtivas (...). Dedi-quei-me a conhecer bem todos os atos públicos nos quais os franceses puderam, quando se aproximava a Revolução, mostrar as suas opiniões e os seus gostos.³¹

Método de trabalho e modelo teórico seguidos por Tocqueville

Qual o método seguido pelo nosso autor em *L'Ancien Régime*? Poderíamos caracterizá-lo como de gênese histórica. As nações, como os organismos, possuem uma espécie de código genético que as caracteriza. Mesmo que aconteçam grandes movimentos revolucionários, não se perde a identidade primordial. As mudanças e as revoluções acontecem essencialmente vinculadas a essa identidade. Por isso, para entender a França de 1789, a França revolucionária, era necessário, no sentir de Tocqueville, interrogar a França do Antigo Regime. Ao estudar a França revolucionária, Tocqueville escreve no Prefácio de *L'Ancien Régime* (1988: 87-88; 1989: 43):

(...) eu tinha a convicção de que, sem sabê-lo, (os franceses) retiveram do antigo regime a melhor parte dos sentimentos, dos hábitos e das próprias idéias que os levaram a conduzir a Revolução que o destruiu e que, sem querer, serviram-se de seus destroços para construir o edifício da nova sociedade. De modo que, para bem compreender tanto a Revolução como sua obra, era preciso esquecer por um momento a França que vemos e interrogar, no seu tumulto, a que não existe mais, o que tenho tentado fazer aqui (...).

Essa idéia aparece clara em outros lugares do Prefácio, como por exemplo aqui:

À medida que progredia neste estudo, admirava-me ao rever em todos os momentos da França dessa época, muitos traços que impressionam na França de hoje. Encontrava um sem-número de sentimentos que pensava nascidos da Revolução, um sem-número de idéias que até então achava oriundas exclusivamente dela, mil hábitos que só a ela são atribuídos, e por toda parte encontrava as raízes da sociedade atual profundamente implantadas nesse velho solo. Quanto mais me apro-

ximava de 1789, percebia mais distintamente o espírito que fez a Revolução formar-se, nascer e crescer. Via, pouco a pouco, desvendar-se aos meus olhos toda a fisionomia dessa Revolução. Já anunciava seu temperamento, seu gênio: era ela própria. Lá não só descobria a razão do que ia fazer no seu primeiro esforço, mas talvez, ainda mais, o anúncio do que devia fundar com o tempo (...).³²

Um pouco mais adiante, nosso autor afirma:

(...) a Revolução teve duas fases bem distintas: a primeira, durante a qual os franceses parecem abolir tudo que pertenceu ao passado; e a segunda, onde nele vão retomar uma parte do que nele deixaram. Há um grande número de leis e hábitos políticos do antigo regime que desapareceram assim, repentinamente, em 1789, e que aparecem novamente alguns anos mais tarde, como certos rios que se afundam na terra para reaparecer um pouco mais adiante, mostrando as mesmas águas a novas margens.³³

O modelo teórico que inspirou *L'Ancien Régime* foi a obra de Montesquieu intitulada *Considérations sur les causes de la grandeur des Romains et de leur*

31. Tocqueville, 1988a: 88-89

32. Tocqueville, 1988a: 90; 1989: 44

33. Tocqueville, 1988a: 90, 1989: 44

decadence. Em relação a esse ponto, André Jardin (1984: 460) escreve:

(...) Montesquieu tinha uma tarefa mais cômoda ao trabalhar sobre uma história longínqua, livre de todos os fatos secundários, enquanto que, para uma época recente, e um período de dez anos, os fatos determinantes ficam atrelados aos detalhes. Ainda segundo Jardin (1984: *ibid.*), Tocqueville pretendia realizar na sua obra (...) um misto de história e de filosofia da história, intimamente ligadas.

Estrutura de *O Antigo Regime e a Revolução*

A obra divide-se, nitidamente, em três grandes partes: a) essência, finalidade e efeitos da Revolução Francesa; b) raízes da Revolução Francesa no Antigo Regime; c) como se desenvolveu o processo revolucionário.

Na primeira parte, Tocqueville centra a atenção, especialmente, na análise das finalidades perseguidas pela Revolução Francesa. Desenvolve cinco capítulos com os seguintes títulos: *Julgamentos contraditórios que são enunciados sobre a Revolu-*

ção na sua origem; Que o objetivo fundamental e final da Revolução não era, como se pensou, destruir o poder religioso e enervar o poder político; De como a Revolução francesa foi uma revolução política, que se processou à maneira das revoluções religiosas e por quê; Como quase toda a Europa teve precisamente as mesmas instituições e como essas instituições caíam em ruínas por toda parte; Qual foi a obra peculiar da Revolução francesa.

Na segunda parte, o nosso autor desenvolve doze capítulos, com os seguintes títulos: *Por que os direitos feudais tornaram-se mais odiosos ao povo da França que em qualquer outro lugar; Que a centralização administrativa é uma instituição do Antigo Regime e não obra da Revolução ou do Império, como dizem; Como o que chamam hoje de tutela administrativa é uma instituição do Antigo Regime; Que a justiça administrativa e a estabilidade dos funcionários são instituições do Antigo Regime; Como a centralização conseguiu introduzir-se no meio dos antigos poderes e suplantá-los sem destruí-los; Dos costumes administrativos no Antigo Regime; Como a França era, entre*

todos os países da Europa, aquele onde a capital tinha adquirido a maior preponderância sobre as províncias e melhor absorvia todo o império; Que a França era o país onde os homens tinham-se tornado os mais parecidos uns com os outros; Como esses homens tão semelhantes eram mais separados que jamais o foram em pequenos grupos, alheios e indiferentes uns aos outros; Como a destruição da liberdade política e a separação das classes foram a causa de quase todas as doenças que mataram o Antigo Regime; Da espécie de liberdade que se encontrava no Antigo Regime e de sua influência sobre a Revolução; Como, apesar dos progressos da civilização, a condição do camponês francês era às vezes pior no século dezoito, do que fora no século treze.

Na terceira obra, Tocqueville desenvolve os seguintes capítulos: *Como, em meados do século dezoito os homens de letras tornaram-se os principais homens políticos do país e dos efeitos que disso resultaram; Como a irreligiosidade pôde tornar-se uma paixão geral e dominante entre os franceses do século dezoito e que espécie de influência isso teve sobre o*

caráter da Revolução; Como os franceses quiseram reformas antes de querer liberdade; Que o reino de Luis XVI foi a época mais próspera da antiga monarquia e como esta prosperidade apressou a Revolução; Como sublevaram o povo ao querer aliviá-lo; De algumas práticas com as quais o governo ultimou a educação revolucionária do povo; Como uma grande revolução administrativa tinha precedido à revolução política e as consequências que isso teve; Como a Revolução surgiu naturalmente do estado de coisas que a antecedeu.

Do simples enunciado dos capítulos que integram as três partes da obra, observa-se uma característica marcante: nosso autor deita por terra, de forma sistemática, um a um, os mitos revolucionários. E destaca que as grandes linhas da Revolução Francesa já se encontravam no Antigo Regime. Ou melhor: essas grandes linhas centralizadoras e igualitaristas já estavam presentes antes, posto que o Antigo Regime tinha se esborado não em 1789, mas com o surgimento e a posterior consolidação do Estado Moderno, na França de Luis XIV. Em que pese a sua posição

crítica, a análise do nosso autor não injustiça o grande movimento revolucionário de 1789. Tocqueville não hesita em indicar o aspecto positivo da Revolução Francesa: ela constituiu um singular momento de busca da liberdade face às tradições, cuja fachada ainda subsistia e, antes de mais nada, face ao Estado centralizador e despótico, administrado como mão de ferro pelos Intendentes do Rei. O Antigo Regime e a Revolução abria, portanto, nos estudos políticos franceses, um capítulo novo, de avaliação crítica do ciclo revolucionário, não para voltar ao passado, mas para completar a Revolução de 1789 no que ela teve de autêntico: a busca da liberdade. E para vacinar a França contra os vírus (persistência do centralismo despótico, intolerância e radicalismo), que converteram a gesta de 1789 numa doença social.

O fenômeno do centralismo na sociedade francesa

Qual foi o fenômeno fundamental observado por Tocqueville na vida política da sociedade francesa da segunda parte do século XVIII? Sem dúvida alguma que esse fenômeno consistiu

na centralização. O nosso autor não deixa de constatar essa descoberta com surpresa (...) *Um estrangeiro* — escreve (Tocqueville, 1988a: 89) — *ao qual fossem liberadas hoje todas as correspondências confidenciais que estavam contidas nos bilhetes do ministério do interior e das prefeituras, saberia muito mais sobre nós do que nós mesmos. No século XVIII, a administração pública já era (...) muito centralizada, muito poderosa, prodigiosamente ativa. Vela-íamos ajudar sem cessar, impedir, permitir. Ela tinha muito para prometer e muito para dar. Ela influenciava já de mil maneiras, não somente no andamento geral dos negócios, mas também na sorte das famílias e na vida privada de cada homem. De resto, ela permanecia sem publicidade, o que fazia com que as pessoas não tivessem medo de vir a expor aos seus olhos até as doenças mais secretas (...).*

O que mais incomodava ao nosso autor era o efeito político que o centralismo terminara causando na sociedade francesa: o despotismo. O centralismo tirava da sociedade a sua iniciativa e a transformava em eterno menor de idade perante o Es-

tado todo-poderoso. O grande mal causado à França pelo centralismo era antigo, no sentir de Tocqueville. A substituição paulatina do velho direito consuetudinário germânico pelo direito romano, situava-se nas origens de todos os males e era como que a fonte jurídica do processo centralizador que se alastrou depois a todos os aspectos da vida social. O despotismo é, na sua essência, centralizador. Acaba com as solidariedades locais e torna insensíveis os cidadãos às comuns desgraças e necessidades. O nosso autor descreve, de forma detalhada, o efeito deletério do despotismo, naquelas sociedades que, como a francesa, foram niveladas pelo centralismo avassalador do rei e os seus intendentos.

A propósito, escreve:

Não havendo mais entre os homens nenhum laço de castas, classes, corporações, família, ficam por demais propensos a só se preocuparem com os seus interesses particulares, a só pensar neles próprios e a refugiar-se num estreito individualismo que abafa qualquer virtude cívica. Longe de lutar contra

*essa tendência, o despotismo acaba tornando-a irresistível, pois tira aos cidadãos qualquer paixão comum, qualquer necessidade mútua, qualquer vontade de um entendimento comum, qualquer oportunidade de ações em conjunto, enclausurando-os, por assim dizer, na vida privada. Já tinham a tendência a separar-se: ele os isola; já havia frieza entre eles: ele os congela.*³⁴

O nosso autor prossegue, no mesmo texto, com a descrição das desgraças causadas pelo despotismo centralizador:

Nesse tipo de sociedades onde nada é fixo — acrescenta Tocqueville —, cada um sente-se constantemente aferroado pelo temor de descer e o ardor de subir e como o dinheiro, ao mesmo tempo que lá se tornou a marca principal que classifica e distingue os homens, também adquiriu uma singular mobilidade, passando sem cessar de mãos em mãos, transformando a condição dos indivíduos, elevando ou rebaixando os famílias, quase não há mais ninguém que não tenha de fazer um esforço desesperado e contínuo para conservá-lo ou adquiri-lo. A vontade de enriquecer a qualquer preço, o gosto pelos negócios, o amor ao

lucro, a procura do bem-estar e dos prazeres materiais lá são portanto as paixões mais comuns. Essas paixões facilmente espalham-se em todas as classes, penetram mesmo naquelas até então mais alheias e conseguiram rapidamente enervar e degradar a nação inteira se nada viesse pará-las. Ora, faz parte da própria essência do despotismo favorecê-las e espalhá-las. Essas paixões debilitantes ajudam-no, desviam e ocupam a imaginação dos homens, mantendo-os longe dos negócios públicos, e fazem com que a simples idéia de revolução os faça tremer. Só o despotismo pode fornecer-lhes o segredo e a sombra que deixam a cupidez à vontade e permitem angariar lucros desonestos ao desafiar a desonra. Sem ele teriam sido fortes, com ele reinam.

Tão deletério para a constituição política de um povo é o despotismo, no sentir de Tocqueville, que chega até se esconder sob a aparência de honestidade da vida privada, tolhendo o surgimento de bons cidadãos.

As sociedades democráticas que não são livres podem ser ricas, refinadas e até magníficas e poderosas, graças ao peso de sua massa

34. Tocqueville, 1988a: 93-94; 1989: 46-71

homogênea; nelas podemos encontrar qualidades privadas, bons pais de família, comerciantes honestos e proprietários dignos de estima; nelas veremos até mesmo bons cristãos, pois a pátria daqueles não é deste mundo e a glória de sua religião é produzi-los na maior corrupção dos costumes e debaixo dos piores governos: o Império Romano na sua extrema decadência estava repleto deles. Mas o que nunca se verá em sociedades semelhantes, ousou dizê-lo, são grandes cidadãos e principalmente um grande povo, e não tenho medo de afirmar que o nível comum dos corações e dos espíritos não cessará nunca de baixar enquanto houver a união da igualdade e do despotismo.³⁵

Pareceria, do exposto, que a liberdade é a condição menos natural ao homem e que o despotismo é o clima que melhor responde à sua natureza. Nada mais falso, no sentir de Tocqueville. A busca da liberdade é essencial ao ser humano. O despotismo ocorre, portanto, contrariando as tendências naturais humanas. Somente vinga ali onde o déspota quer, com mão de ferro, toda a liberda-

de para si e desconhece esse direito aos demais. A respeito, o nosso autor escreve:

(...) Qual o homem com uma natureza tão baixa que preferiria depender dos caprichos dos seus semelhantes, que seguir as leis que ele próprio contribuiu a estabelecer, caso considerasse que a sua nação tinha as virtu-

Tão deletério para a constituição política de um povo é o despotismo, no sentir de Tocqueville, que chega até se esconder sob a aparência de honestidade da vida privada, tolhendo o surgimento de bons cidadãos.

des necessárias para fazer bom uso da liberdade? Acho que este homem não existe. Até os déspotas não negam a excelência da liberdade. Somente que a querem só para eles e sustentam que todos os outros não são dignos dela. Assim não é sobre a opinião que se deve ter sobre a liberdade que existem divergências, e sim sobre a menor ou maior estima em que se têm os homens. E é assim que se pode dizer, a rigor, que o gosto mostrado para o governo absoluto está em relação exata com o desprezo que se tem para com o seu país (...).³⁶

O que Tocqueville afirmava do centralismo despó-

tico, aplicava-se, em primeiro lugar, à França revolucionária. Em que pese o fato das juras libertárias dos jacobinos, no entanto a Revolução terminou sendo deglutida pelos velhos hábitos centralizadores e despóticos. Nosso autor cita, para confirmar essa apreciação, as palavras que Mirabeau escrevia

secretamente ao rei, menos de um ano depois de ter eclodido a Revolução:

Comparemos o novo estado das coisas com o antigo regime: lá nascem os consolos e as esperanças. Uma parte dos atos da Assembléia Nacional — a mais considerável — é evidentemente favorável ao governo monárquico. Não significará nada ser sem parlamento, sem governo de Estado, sem corpo de clero, de privilegiados, de nobreza? A idéia de formar uma só classe de cidadãos teria agradado a Richelieu: esta superfície igual facilita o exercício do poder. Alguns reinos de um governo absoluto não teriam em prol da

35. Tocqueville, 1988a: 95; 1989: 47

36. Idem, 1988a: 95-96, 1989: 47

autoridade real quanto este único ano de Revolução.³⁷

Arguto e crítico observador do fenômeno revolucionário, Tocqueville comenta as palavras de Mirabeau, destacando o caráter cosmético da Revolução de 1789, no que tange ao despotismo centralizador. O processo revolucionário fez ruir um governo e um reino, mas sobre as suas cinzas ergueu um Estado muito mais poderoso que o anterior.

Como o objetivo da Revolução Francesa não era tão-somente mudar o governo mas também abolir a antiga forma de sociedade,

teve de atacar-se, ao mesmo tempo, a todos os poderes estabelecidos, arruinar todas as influências reconhecidas, apagar as tradições, renovar os costumes e os hábitos e esvaziar, de certa maneira, o espírito humano de todas as idéias sobre as quais se assentavam, até então, o respeito e a obediência. De lá, seu caráter tão singularmente anárquico.³⁸

Mas afastemos esses resquícios — prossegue Tocqueville — e perceberemos um poder central imenso que atraiu em sua unidade todas as parcelas de autoridade e influência antes disseminadas numa porção de poderes secundários, de ordens, de classes, profissões, famílias e in-

divíduos, por assim dizer espalhados em todo o corpo social. Não se tinha visto no mundo um poder semelhante desde a queda do Império Romano. A Revolução criou esta nova potência ou, melhor, esta saiu das ruínas feitas pela Revolução. Os governos que fundou são mais frágeis, é verdade, porém são cem vezes mais poderosos que qualquer um daqueles que derrubou (...). Foi dessa forma simples, regular e grandiosa que Mirabeau já entrevia atrás da poeira das velhas instituições meio destruídas. Apesar de sua grandeza, o objeto ainda era invisível para os olhos da multidão: mas, pouco a pouco, o tempo foi expondo esse objeto a todos os olhares (...).

37. Apud Tocqueville, 1989: 56

38. Idem: 56-57



BIBLIOGRAFIA

- BOURRICAUD, François (1983). "Préface". In: Jean-Claude Lamberti. *Tocqueville et les deux démocraties*. Paris: PUF, 1983, pgs. 1-8.
- CHEVALLIER, Jean-Jacques (1973). *As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias*. (Prefácio de A. Siegfried; tradução de L. Christina). 2ª edição. Rio de Janeiro: Agir.
- FRIEDMAN, Francis (1956). *Breve história de los Estados Unidos*. Buenos Aires: Agora, vol. I.
- JARDIN, André (1984). *Alexis de Tocqueville 1805-1959*. Paris: Hachette. (Tradução ao espanhol de R. M. Burchfield e N. Sancholle-Henraux). México: Fondo de Cultura Económica, 1988.
- JARDIN, André (1991). "Introduction et chronologie". In: Alexis de Tocqueville, *Oeuvres*. (Édition publiée sous la direction de A. Jardin, avec la collaboration de F. Mélonio et L. Queffélec). Paris: Gallimard, pgs. IX-LX. Pléiade.
- LAMBERTI, Jean-Claude (1983). *Tocqueville et les deux démocraties*. (Préface de F. Bourricaud). Paris: PUF.
- LAROUSSE, Pierre (1865a). "Démocratie en Amérique (De la)". In: *Grand dictionnaire universel XIXe*. Paris: Larousse, vol. 6, pgs. 407-408.
- LAROUSSE, Pierre (1865b). "Tocqueville (Alexis-Charles-Henri Clerel de)". In: *Grand dictionnaire universel du XIXe siècle*. Paris: Larousse, vol. 15.

- MÉLONIO, Françoise (1988). "Préface, in: Alexis de Tocqueville, *L'Ancien Régime et la Révolution*. (Préface, notes, chronologie et bibliographie par F. Mélonio). Paris: Flammarion, pgs. 7-37.
- MÉLONIO, Françoise (1993). *Tocqueville et les français*. Paris: Aubier.
- MONTAIGNE, Michel de (1987). *Ensaio I*. (Tradução de S. Milliet). 4ª edição. São Paulo: Nova Cultural. Os Pensadores.
- MONTAIGNE, Michel de (1988). *Ensaio II e III*. (Tradução de S. Milliet). 4ª edição. São Paulo: Nova Cultural. Os Pensadores.
- MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondat (1982). *Do espírito das leis*. (Tradução de F. H. Cardoso e L. Martins Rodrigues). Brasília: Editora da UNB; Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho.
- PAIM, Antônio (organizador) (1987). *Evolução histórica do Liberalismo*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- PENNA, José Osvaldo de Meira (1987). "O pensamento de Tocqueville", in: Antônio Paim (organizador), *Evolução histórica do Liberalismo*. Belo Horizonte: Itatiaia, pgs. 45-56.
- ROSANVALLON, Pierre (1985). *La moment Guizot*. Paris: Gallimard.
- SCHLEIFER, James T. (1987). *Como nació "La Democracia en América" de Tocqueville*. (Tradução de R. Ruza). 1ª edição. México: Fondo de Cultura Económica.
- SOUZA, Paulino Soares de, visconde de Uruguai (1960). *Ensaio sobre o direito administrativo*. (Apresentação de T. Brandão Cavalcanti). Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. (s. f.). *Quinze jours au désert*. Paris: Éditions 14 bis.
- TOCQUEVILLE, Alexis de (1977). *A Democracia na América*. (Tradução, prefácio e notas de N. Ribeiro da Silva). 2ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. (1988a). *L'Ancien Régime et la Révolution*. (Préface, notes, bibliographie, chronologie par F. Mélonio). Paris: Flammarion.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. [1989]. *O Antigo Regime e a Revolução*. (Apresentação de Z. Barbu; introdução de J. P. Mayer; tradução de Y. Jean). Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Hucitec.
- TOCQUEVILLE, Alexis de (1988b). "État social et politique de la France avant et depuis 1789". In: *L'Ancien Régime et la Révolution*. (Préface, notes, bibliographie, chronologie par F. Mélonio). Paris: Flammarion, pgs. 41-85.
- TOCQUEVILLE, Alexis de (1988c). "Fragments sur la Révolution: deux chapitres sur le Directoire". In: *L'Ancien Régime et la Révolution*. (Préface, notes, bibliographie, chronologie par F. Mélonio). Paris: Flammarion, pgs. 375-403.
- TOCQUEVILLE, Alexis de (1991). *Oeuvres*. I. (Introduction et chronologie par A. Jardin, avec la collaboration de F. Mélonio et L. Queffélec). Paris: Gallimard. La Pléiade.
- TOUCHARD, Jean (1972). *História de las ideas políticas*. (Tradução ao espanhol de J. Pradera). 3ª edição. Madrid: Tecnos.
- VÉLEZ-RODRÍGUEZ, Ricardo. (1993). "La crítica de Tocqueville al determinismo histórico", in: *Nueva Frontera*, Bogotá, n. 964, pgs. 18-19.
- WEHLING, Arno. (1985) "Tocqueville e a razão histórica", In: *Anais da IV Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, pgs. 103-108.